



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS  
URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Uberlândia

Parecer Técnico IEF/NAR UBERLÂNDIA nº. 309/2023

Belo Horizonte, 27 de novembro de 2023.

| PARECER ÚNICO   |                          |  |                              |   |           |
|---|--------------------------|--|------------------------------|---|-----------|
| <b>1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>   |                          |  |                              |   |           |
| Nome: FILHOSHI ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL LTDA   |                          |  | CPF/CNPJ: 07.758.595/0001-98 |   |           |
| Endereço: Rua Irmã Isabel Padierna, nº 332  |                          |  | Bairro: Jardim Liberdade     |   |           |
| Município: Maringá  | UF: PR                   |  | CEP: 87.047-210              |   |           |
| Telefone: (44) 3026-8558 / (44) 9101-8558   |                          | E-mail: dfdcontab@turbopro.com.br      |                              |   |           |
| O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?<br>( ) Sim, ir para o item 3      ( X ) Não, ir para o item 2  |                          |  |                              |   |           |
| <b>2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL</b>   |                          |  |                              |   |           |
| Nome: Joaquim Sueo Shimada  |                          |  | CPF/CNPJ: 116.459.979-87     |   |           |
| Endereço: Rua Montivideu, nº 735 - Apto 102   |                          |  | Bairro: Guanabara            |   |           |
| Município: Londrina   | UF: PR                   |  | CEP: 86050-020               |   |           |
| Telefone: (34) 3236-4754  |                          | E-mail: consultoriamandala@hotmail.com |                              |   |           |
| <b>3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL</b>   |                          |  |                              |   |           |
| Denominação: Fazendas Letreiro, Campo Alegre e São Francisco  |                          |  | Área Total (ha): 48,40 ha    |   |           |
| Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Matrícula 182.675  |                          |  | Município/UF: UBERLÂNDIA /MG |   |           |
| Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3170206-9A26.4A68.C277.4D61.97D4.6EE9.695F.21AD |                          |  |                              |   |           |
| <b>4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA</b>   |                          |  |                              |   |           |
| Tipo de Intervenção   |                          | Quantidade                             |                              | Unidade   |           |
| Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo   |                          | 35,05                                  |                              | hectares  |           |
| <b>5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>   |                          |  |                              |   |           |
| Tipo de Intervenção   | Quantidade               | Unidade                                | Fuso                         | Coordenadas planas<br>(usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000) |           |
|   |                          |  |                              | X   | Y         |
| Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo   | 35,05                    | hectares                               | 22K                          | 794.993   | 7.899.663 |
| <b>6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA</b>  |                          |  |                              |   |           |
| Uso a ser dado a área   |                          | Especificação                          |                              | hectares  |           |
| Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo                                    |                          | área útil                              |                              | 35,05   |           |
| Culturas Anuais, Semiperenes e perenes, Silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura.                  |                          | área útil                              |                              |   |           |
| <b>7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>                              |                          |  |                              |   |           |
| Bioma/Transição entre Biomas  | Fisionomia/Transição     | Estágio Sucessional (quando couber)    |                              | Área (ha)   |           |
| Bioma Cerrado   | Cerrado sentido restrito |  |                              | 35,05   |           |
| <b>8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO</b>   |                          |  |                              |   |           |
| Produto/Subproduto  | Especificação            | Quantidade                             | Unidade                      |   |           |
| Lenha Nativa  | lenha                    | 1.533,73                               | m³                           |   |           |
| Madeira Nativa  | madeira                  | 28,00                                  | m³                           |   |           |
| <b>1. HISTÓRICO</b>   |                          |  |                              |   |           |

Data de formalização/aceite do processo: 06/11/2023

Data da vistoria: 10/11/2023

Data de solicitação de informações complementares: [se for o caso]

Data do recebimento de informações complementares: [se for o caso]

Data de emissão do parecer técnico: 27/11/2023

## 2. OBJETIVO

O empreendimento solicita a supressão de cobertura vegetal nativa em uma área de 35,05 ha para implantação de áreas de pastagens e de culturas anuais, e melhorias nos tratos culturais, através da mecanização. O empreendimento possui Certidão de dispensa de licenciamento ambiental.

## 3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

### 3.1 Imóvel rural:

O proprietário Joaquim Sueo Shimada é proprietário da Fazenda Letreiro, Campo Alegre e São Francisco, constituído pela matrícula nº 182.675, com área total de 48,40 ha, localizada na zona rural do município de Uberlândia - MG que possui cobertura vegetal nativa de 15,94%, que tem como explorador o empreendimento Filhoshi Administração Patrimonial Ltda, conforme documentação apresentado nos autos do processo. A propriedade está inserida no Bioma Cerrado com fitofisionomia de cerrado sentido restrito, nas coordenadas geográficas UTM 22 K X 794.993 e Y 7.899.663.

### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3170206-9A26.4A68.C277.4D61.97D4.6EE9.695F.21AD

- Área total: 48,7985 ha

- Área de reserva legal: 9,6889 ha

- Área de preservação permanente: 3,8175 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 0,00 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

( X ) A área está preservada: 9,6889 ha

( ) A área está em recuperação: ha

( ) A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal:

( X ) Proposta no CAR ( ) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento: Conforme matrícula 182.675 do CRI de Uberlândia - MG

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

( X ) Dentro do próprio imóvel - 9,6889 ha

( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 01 fragmento

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

A intervenção requerida é a supressão de vegetação nativa em uma área de 35,05 ha, para implantação de áreas de pastagens e culturas anuais, e melhorias nos tratos culturais, através da mecanização.

Taxa de Expediente: R\$ 805,90 - 28/08/2023

Taxa Florestal Lenha: R\$ 10.815,34 - 28/08/2023

Taxa Florestal Madeira: R\$ 1.318,66 - 28/08/2023

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23129052

### 4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Muito Baixa

- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Fora de área prioritária

- Unidade de conservação: não

- Áreas indígenas ou quilombolas: não

- Outras restrições: Não se aplica

#### **4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:**

- Atividades desenvolvidas: Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo e Culturas Anuais, Semiperenes e perenes, Silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura.

- Atividades licenciadas: Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo e Culturas Anuais, Semiperenes e perenes, Silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura.

- Classe do empreendimento: 1

- Critério locacional: 0

- Modalidade de licenciamento: Possui Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental.

- Número do documento: Certidão de Não Passível

#### **4.3 Vistoria realizada:**

A vistoria foi realizada no dia 10/11/2023, fui acompanhado pelo servidor Tiago Moreira de Oliveira, e constatamos a inexistência de alternativa técnica e locacional para a supressão de vegetação nativa em uma área comum de 35,05 ha, pois o proprietário necessita ampliar as atividades de culturas e pastagens através da mecanização das mesmas. A área de supressão trata-se de fragmento remanescente e localizado em área comum, dentro do Bioma Cerrado, conforme mapa do sistema IDE-SISEMA, e com fitofisionomia de cerrado sentido restrito. Vale ressaltar que a área de reserva legal existente está preservada e proposta no CAR. O material lenhoso estimado da supressão de vegetação nativa é de 1.533,73 m<sup>3</sup> de lenha nativa e 28,00 m<sup>3</sup> de madeira, sendo destinados parte a comercialização e parte ao uso dentro da propriedade. Atualmente a propriedade desenvolve as atividades de Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo e de Culturas Anuais, Semiperenes e perenes, Silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura. Durante a vistoria e na lista de espécies apresentada foram identificadas espécies protegidas por Lei, sendo o Pequi e Ipê Amarelo, porém as mesmas não poderão ser suprimidas e deverão permanecer na área e serem preservadas.

##### **4.3.1 Características físicas:**

- Topografia: Possui topografia plana a suave ondulada.

- Solo: - O Imóvel possui solo de textura média, sendo caracterizado como latossolo vermelho distrófico.

- Hidrografia: A propriedade está inserida na Bacia Estadual do Rio Araguaçu e na Bacia Federal do Rio Paranaíba.

##### **4.3.2 Características biológicas:**

- Vegetação: a propriedade está inserida no Bioma Cerrado com fitofisionomia de cerrado sentido restrito. Amostragem utilizada foi a Casual Simples. A amostragem consistiu em lançar parcelas casualmente, procurando representatividade de toda a área, com dimensões de 25 metros de largura por 10 metros de comprimento, totalizando 250 m<sup>2</sup> cada parcela na área de intervenção com supressão de mata nativa, no total foram levantadas 15 parcelas amostrais.

- Fauna: A fauna presente na área em estudo é composta por espécies característica de cerrado, principalmente por espécies de médio e pequeno porte. Os dados do levantamento de fauna apresentados são dados secundários do processo de licenciamento ambiental PA nº:16714/2013/002/2019 e SEI nº 1370.01.0010905/2022-33, referente ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

#### **4.4 Alternativa técnica e locacional:**

Conforme descrito nos estudos apresentados e vistoria in loco não há alternativa técnica e locacional para a supressão de vegetação nativa em uma área de 35,05 ha, para implantação de áreas de pastagens e de culturas anuais, e melhorias nos tratamentos culturais, pois o empreendimento necessita aumentar e mecanizar suas áreas de culturas e de pastagens, promovendo mecanização e melhorias nos tratamentos culturais. A localização da área destinada a ser reserva legal, proposta no CAR está de acordo e proporciona um ganho ambiental pois está contígua a área de APP da propriedade.

## **5. ANÁLISE TÉCNICA**

Através das informações prestadas nos estudos, conforme vistoria realizada e a utilização de ferramentas disponíveis no sistema IDE-SISEMA não há restrições para a supressão de vegetação nativa, haja visto não existir alternativa técnica locacional, e a mesma estar dificultando a mecanização e os devidos tratamentos culturais. Durante a vistoria e na lista de espécies apresentada foram identificadas espécies protegidas por Lei, sendo o Pequi e Ipê Amarelo, porém as mesmas não poderão ser suprimidas e deverão permanecer na área e serem preservadas. O material lenhoso estimado da supressão de vegetação nativa é de 1.533,73 m<sup>3</sup> de lenha nativa e 28,00 m<sup>3</sup> de madeira, sendo destinados parte a comercialização e parte ao uso dentro da propriedade.

O levantamento de Flora foi por amostragem, que consistiu em lançar parcelas casualmente, procurando representatividade de toda a área, com dimensões de 25 metros de largura por 10 metros de comprimento, totalizando 250 m² cada parcela na área de intervenção com supressão de mata nativa, no total foram levantadas 15 parcelas amostrais, conforme levantamento apresentado no PIA (74327731).

O levantamento de Fauna apresentados são dados secundários do processo de licenciamento ambiental PA nº 16714/2013/002/2019 e SEI nº 1370.01.0010905/2022-33, referente ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

### 5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os possíveis impactos ambientais decorrentes da supressão de vegetação nativa, são a exposição do solo, facilitando processos erosivos; perturbação, afugentamento, atropelamento e captura da fauna, com a diminuição de área de abrigo, de nidificação e de deslocamento. Conforme apresentado nos estudos as medidas mitigadoras visam principalmente não fazer o uso de fogo; preservar as áreas remanescentes; e adotar técnicas e medidas de proteção do solo. Além de controle de drenagem para evitar possível carreamento de sólidos e a facilitação de processos erosivos. Vale ressaltar que as espécies protegidas por Lei e ameaçadas de extinção não poderão ser suprimidas e deverão permanecer na área e serem preservadas.

#### Exemplo de medidas mitigadoras:

- curvas de nível e controle de processos erosivos.
- Executar o programa de afugentamento de Fauna.
- Proteção das áreas de preservação (APP e reserva legal) existentes na propriedade, promover o isolamento das mesmas.
- Medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo.
- Manter e preservar espécies protegidas por Lei e em extinção.

## 6. CONTROLE PROCESSUAL

### I. Relatório:

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado pelo empreendedor **Filhoshi Administração Patrimonial Ltda** conforme consta nos autos, para supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 35,05ha, na Fazenda Letreiro, Campo Alegre e São Francisco, matrícula nº. 182675 no município de Uberlândia/MG.

2 – A propriedade possui área total matriculada de 48,40ha e área de reserva legal preservada, proposta no CAR.

3 – As intervenções tem por finalidade a implantação de áreas de pastagens e de culturas anuais e melhorias nos tratos culturais, através da mecanização.

4 – As atividades desenvolvidas no empreendimento nos moldes da DN COPAM nº. 217/17 enquadram-se como não passível de licenciamento ambiental, para a atividade de culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura e criação de bovinos em regime extensivo, conforme informado no requerimento e certificado de dispensa de licenciamento anexado aos autos.

5 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, PIA, mapas, taxas, Lei de criação do corredor municipal e demais documentos pertinentes anexados aos autos do processo administrativo.

### II. Análise Jurídica:

6 - De acordo com as informações prestadas, o requerimento de intervenção ambiental é passível de autorização nos seguintes moldes: supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 35,05ha e uma vez que está de acordo com as legislações ambientais vigentes e conforme explanação contida no parecer técnico. Lembrando que a propriedade encontra-se no bioma cerrado com fitofisionomia de cerrado sentido restrito, fora de área prioritária para conservação da Biodiversidade e muito baixa vulnerabilidade natural conforme análise do IDE.

7 - Importante destacar que, de acordo com o que determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

8 – Ressalta-se que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal, e outras).

### III) Conclusão:

9 - Ante ao exposto, considerando que o processo fora devidamente instruído e com respaldo no parecer técnico acostado nos autos, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, do ponto de vista jurídico, opina favoravelmente à autorização nos seguintes moldes: supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 35,05ha, desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas, se houver, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013) e, de acordo com determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

**Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, prorrogável uma única vez por igual período, conforme Decreto Estadual nº. 47.749/19, art. 7º.**

Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

Observações:

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca, com base nas informações técnicas prestadas. Assim, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

É o parecer, s.m.j.

## 7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO TOTAL** do requerimento apresentado, sendo a supressão de cobertura vegetal nativa em uma área de 35,05 ha, para implantação de áreas de culturas e de pastagens, e melhorias nos tratos culturais, localizada na Fazenda Letreiro, Campo Alegre e São Francisco, matrícula nº 182.675, no município de Uberlândia - MG, cumprindo-se as técnicas descritas no PIA para a referida intervenção ambiental e apresentadas nos estudos. O material lenhoso estimado da supressão de vegetação nativa é de 1.533,73 m³ de lenha nativa e 28,00 m³ de madeira, sendo destinados parte a comercialização e parte ao uso dentro da propriedade. Não estão sendo autorizados o corte de espécies protegidas por lei (Pequi e Ipê Amarelo) e nem espécies em extinção, que devem permanecer na área objeto de exploração e serem preservados.

## 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

**8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:** Não se aplica

## 9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

*Taxa de Reposição Florestal - R\$ 47.197,67*

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

( X ) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

(.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

## 10. CONDICIONANTES

*No caso de empreendimento passível de LAS, descrever ao final do item para constar no documento autorizativo: **esta Autorização para Intervenção Ambiental só é válida após obtenção da Licença Ambiental Simplificada - LAS.***

*No SINAFLO, as informações lançadas neste campo deverão ser copiadas e coladas no campo “Medidas Compensatórias” a fim de que sejam impressas no documento autorizativo.*

**Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental**

| Item | Descrição da Condicionante | Prazo* |
|------|----------------------------|--------|
| 1    |                            |        |
| 2    |                            |        |
| 3    |                            |        |
| 4    |                            |        |
| ...  |                            |        |

*\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

**INSTÂNCIA DECISÓRIA**

( ) COPAM / URC    ( X ) SUPERVISÃO REGIONAL

**RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO**

Nome: **Ignácio Jorge Nasser**  
MASP: **1.198.192-5**

**RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO**

Nome: **Dayane Aparecida Pereira de Paula**  
MASP: **1.217.642-6**



Documento assinado eletronicamente por **Dayane Aparecida Pereira Paula, Servidor (a) Público (a)**, em 05/12/2023, às 19:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ignácio Jorge Nasser, Servidor**, em 06/12/2023, às 13:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **77633086** e o código CRC **5A1DD6B7**.